

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO**DESPACHOS DO SECRETÁRIO**

Em 22 de fevereiro de 2013

Arquivamento

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, resolve ARQUIVAR os processos de pedido de alteração estatutária dos sindicatos abaixo relacionados, por não cumprir as exigências legais, conforme o disposto no art. 4º da antiga portaria 343/00 ou no art. 5º da atual Portaria nº. 186/2008:

Processo:	46000.020469/2006-60.
Denominação:	Sindicato da Indústria de Panificação e Confeitaria de Niterói e São Gonçalo.
CNPJ:	30.134.753/0001-50.
Fundamento:	NOTA TÉCNICA Nº. 133/2013/CGRS/SRT/MTE

Processo	46000.013516/99-83
----------	--------------------

Entidade-Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas, Farmacêuticas, Nucleares, de Plásticos, Material Plástico, Fabricação de Artefatos a Base e PVS e seus Derivados para Veículos e uso diversos, Laminados de Plásticos, Vidros, Laminados de Vidro, de Lentes para a Indústria Ótica, Explosivos, Abrasivos, de Tratamento Químico de Água e Saneamento, Preparação de óleos Vegetais e Animais, Fertilizantes, Adubos e Corretivos, Defensivos Agrícolas e Animais, Matérias Primas para Inseticidas e Fertilizantes, Pesticidas, Bactericidas, Fungicidas, Algicidas, Praguicidas, Destilação e Refinação de Petróleo, de Petroquímica, de Refino de óleos Minerais, de Fabricação de Alcool e seus Derivados, Lubrificantes, Tintas, Pigmentos, Vernizes, Velas, Resinas Sintéticas, Perfumarias, Sabão, Essências Químicas, Artigos de Toucador, Colas, Lápis, Canetas e Material de Escritório, de Estamparia e Tinturarias Indústrias, de Produtos de Higiene e Limpeza, de Fabricação e Produção de Matérias Primas para a Indústria Farmacêutica, Fabricação e Produção de Medicamentos para uso Humano e Animal, em Farmácia de Manipulação, inclusive naquelas Similares e Afins relacionadas as atividades Químicas, Farmacêuticas e Materiais Radiativos do Sul Fluminense - RJ

CNPJ	02.561.805/0001-30
Fundamento	NOTA TÉCNICA Nº. 134/2013/CGRS/SRT/MTE

Processo	46000.009850/2002-44
Entidade	SECC - Sindicato dos Empregados no Comércio de Canela.
CNPJ	90.934.431/0001-18
Fundamento	NOTA TÉCNICA Nº. 135/2013/CGRS/SRT/MTE

Processo	46000.000740/97-52
Entidade	Sindicato das Indústrias do Calçado e Vestuário de Birigui - SP
CNPJ	51.098.390/0001-15
Fundamento	NOTA TÉCNICA Nº. 136/2013/CGRS/SRT/MTE

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, resolve ARQUIVAR os processos de pedido de registro sindical dos sindicatos abaixo relacionados, por não cumprir as exigências legais, conforme o disposto no art. 4º da antiga portaria 343/00 ou no art. 5º da atual Portaria nº. 186/2008

Processo	46222.004883/2010-01
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores e Prestadores de Serviços da Prefeitura e da Câmara de Vereadores de Santa Maria do Pará - SINTRAPAS
CNPJ	11.730.650/0001-09
Fundamento	NOTA TÉCNICA Nº 130/2013/CGRS/SRT/MTE

Processo	46000.010231/2004-64
Entidade	Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Coqueiros Seco - SINDSPUCS/AL.
CNPJ	Não informado
Fundamento	NOTA TÉCNICA nº 128/2013/CGRS/SRT/MTE

O Secretário de Relações do Trabalho e Emprego, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 186, publicada em 10 de abril de 2008, na Nota Técnica Nº. 129/2013/CGRS/SRT/MTE, utilizando-se da prerrogativa contida no art. 53 e 54 da Lei 9.784/99 resolve REVOGAR ato de publicação do pedido de registro sindical de interesse do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Açúcar e Alcool e seus Derivados do Estado do Maranhão, CNPJ: 12.123.618/0001-28, publicado no DOU de 27/01/2010, Seção I, Pág. 140, Nº. 18 e, por conseguinte, ARQUIVAR o processo administrativo nº. 46000.016316/2003-75, nos termos do artigo 4º, § 4º da Portaria nº. 343/00, normativo vigente à época de protocolo do pedido registro.

O Secretário de Relações do Trabalho e Emprego, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 186, publicada em 14 de abril de 2008 e na Nota Técnica Nº. 131/2013/CGRS/SRT/MTE, resolve ARQUIVAR o Pedido de Registro Sindical nº. 46010.003140/2006-15 de interesse do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Colorado do Oeste e Cabixi - RO, CNPJ: 84.559.079/0001-85, nos termos do art. 4º § 4º da Portaria nº. 343/2000 combinado com o art. 5º inciso II da Portaria nº. 186/2008.

O Secretário de Relações do Trabalho e Emprego, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no § 3º, art. 4º da Portaria nº 343, de 04 de maio de 2000, vigente à época, corroborando com o

inciso II, art. 5º da Portaria nº 186, de 10 de abril de 2008, resolve aprovar a NOTA TÉCNICA Nº. 132/2013/CGRS/SRT/MTE, com adoção da seguinte medida: ARQUIVAR o processo de pedido de registro sindical nº 46000.009348/2004-03 referente ao Sindicato dos Servidores em Educação no Município de Santana - SINSEMS - AP, CNPJ 04.687.723/0001-61, por não atender às exigências contidas na Portaria vigente à época.

O Secretário de Relações do Trabalho e Emprego, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no § 3º, art. 4º da Portaria nº 343, de 04 de maio de 2000, vigente à época, corroborando com o inciso II, art. 5º da Portaria nº 186, de 10 de abril de 2008, resolve aprovar a NOTA TÉCNICA Nº. 886/2012/CGRS/SRT/MTE, com adoção das seguintes medidas: ARQUIVAR o processo de alteração estatutária nº 46000.018205/2004-84 referente ao Sindicato das Agências de Viagens e Representações Turísticas de Ribeirão Preto e Região - SINAVIRRP - SP, CNPJ 04.833.755/0001-28, por não atender às exigências contidas na Portaria vigente à época.

MANOEL MESSIAS NASCIMENTO MELO

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL
EM SANTA CATARINA****PORTARIAS DE 7 DE FEVEREIRO DE 2013**

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial nº 1.095, de 19/05/2010, publicada no DOU, de 20/05/2010, resolve:

Nº 29 - Conceder autorização a empresa FIAÇÃO BOTUVERÁ LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 79.012.571/0001-04, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos no estabelecimento situado na Rodovia SC 486 - km 47 s/n, bairro Salto, na cidade de Botuverá/SC; nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 01 (um) ano, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2012, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação. Deverá a empresa Requerente observar o horário constante às folhas 02 do requerimento deste administrativo.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, a teor do estatuído no art.30, § 1º, do Decreto nº 4.552/2002, fica outorgado o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

Alertamos que a presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. (Processo nº. 46220.004296/2012-96).

Nº 31 - Conceder autorização à empresa ROVITEX IND. E COM. DE MALHAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 79.233.672/0002-20, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rua Carlos Thiesen nº 715 - bairro Gabiroba - cidade de Ituporanga/SC; nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 01 (um) ano, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2012, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação. Deverá a empresa Requerente observar o horário constante na folha 12 do requerimento deste administrativo.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, a teor do estatuído no art.30, § 1º, do Decreto nº 4.552/2002, fica outorgado o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

Alertamos que a presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. (Processo nº46220.004722/2012-91).

PORTARIA Nº 32, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2013

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial nº 1.095, de 19/05/2010, publicada no DOU, de 20/05/2010, resolve:

Conceder autorização à empresa FABRICA DE PAPELÃO TIMBÓ LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 86.376.217/0001-16, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 121 - bairro Centro - cidade de Ituporanga/SC; nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 01 (um) ano, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2012, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, a teor do

estatuído no art.30, § 1º, do Decreto nº 4.552/2002, fica outorgado o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

Alertamos que a presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. (Processo nº 46305.001574/2011-32).

GIOVAN NARDELLI

PORTARIAS DE 25 DE FEVEREIRO DE 2013

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial nº 1.095, de 19/05/2010, publicada no DOU, de 20/05/2010, resolve:

Nº 117 - Conceder autorização à empresa EMBALE INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 73.741.522/0001-18, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rua Anaburgo, 3450, zona Industrial Norte, na cidade de Joinville/SC; nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 01 (um) ano, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, a teor do estatuído no art. 30, § 1º, do Decreto nº 4.552/2002, fica outorgado o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

Alertamos que a presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. (Processo nº. 46304.002493/2012-41).

Nº 118 - Conceder autorização à empresa CRISTAL MASTER INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.378.317/0001-80, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Avenida Santos Dumont nº 3785, Distrito Industrial, na cidade de Joinville/SC; nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 01 (um) ano, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, a teor do estatuído no art. 30, § 1º, do Decreto nº 4.552/2002, fica outorgado o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

Alertamos que a presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. (Processo nº 46304.000215/2013-30).

GIOVAN NARDELLI

PORTARIA Nº 119, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial nº 1.095, de 19/05/2010, publicada no DOU, de 20/05/2010, resolve:

Conceder autorização à empresa TECNOBLU INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.056.633/0001-11, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situada na Rua Dr. Gustavo Zimmermann, nº 3159, Bairro Itupava Central, na cidade de Blumenau/SC; nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 01 (um) ano, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, a teor do estatuído no art. 30, § 1º, do Decreto nº 4.552/2002, fica outorgado o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

Alertamos que a presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. (Processo nº 46305.001604/2012-91).

GIOVAN NARDELLI



SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SÃO PAULO

PORTARIA Nº 25, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2013

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e tendo em conta o que consta no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial Nº 1.095 de 19/05/10, publicada no D.O.U. de 20/05/10, e considerando o que consta dos autos dos processos nº 46264.002261/2012-14 e conceder autorização à empresa: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 59.104.422/0098-82, situada à Rodovia Luiz Augusto de Oliveira, km 148,8, Município de São Carlos, Estado de São Paulo, para reduzir o intervalo destinado ao repouso e à alimentação conforme consta no acordo coletivo de trabalho, nos termos do que prescreve o parágrafo 3º, do artigo 71, da Consolidação das Leis do Trabalho, vigendo até 30 de novembro de 2013 a contar da publicação desta, devendo o respectivo pedido de renovação ser formulado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial nº 1.095/10 com a juntada de relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos a redução do intervalo destinado ao repouso e à alimentação.

O intervalo e os turnos a serem observados são conforme fls. 30 do referido processo. Outrossim, a presente autorização estará sujeita a cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

CARLOS FREDERICO ZIMMERMANN NETO.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SERGIPE

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE Em 26 de fevereiro de 2013

PROCESSO Nº 46221.001103/2013-16

Nos termos do pronunciamento constante do presente processo e usando da competência que me foi delegada pela Portaria GM/MTE nº 1.624 de 16.09.2009, HOMOLOGO o Plano de Carreira Docente da Sociedade de Ensino Superior e de Pesquisa de Sergipe Ltda, ficando expresso que qualquer alteração ou complementação a ser feita, para ter validade, dependerá da prévia aprovação desta Superintendência.

CELUTA CRUZ MORAES KRAUSS

Ministério dos Transportes

GABINETE DO MINISTRO

RETIFICAÇÃO

Na portaria nº 11, de 28/01/2013, publicada no Diário Oficial da União em 29/01/2013, seção 1, página 78, onde se lê:

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 1º, e § 3º, do art. 14, da Portaria MT nº 240, de 18 de outubro de 2012, bem como o constante do processo nº 50000.042290/2012-89, resolve:

Art. 1º Divulgar o quantitativo de vagas disponíveis para o processo de promoção dos servidores do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT no exercício de 2013, ocupantes de cargos das carreiras de que trata o art. 1º, da Lei 11.171, de 2 de setembro de 2005.

leia-se:

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 1º da Portaria MT nº 254, de 13 de novembro de 2012, e o §3º do art. 14 da Portaria MT nº 240, de 18 de outubro de 2012, bem como o constante do processo nº 50000.042290/2012-89, resolve:

Art. 1º Divulgar o quantitativo de vagas disponíveis para o processo de promoção dos servidores do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT ocupantes dos cargos das carreiras de que trata o art. 1º da Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, a ser realizado no exercício de 2013

SECRETARIA EXECUTIVA SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

PORTARIA Nº 33, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2013

O SUBSECRETÁRIO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, no uso das atribuições legais, previstas no inciso VII do art. 1º da Portaria/SE-MT nº 281, de 05 de outubro de 2010, publicada no Diário Oficial da União nº 192, de 06 de outubro de 2010, e

Considerando a manifestação da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos - CGRL, substanciada no Despacho nº 141/2013-CGRL/SAAD/SE/MT, de 19/02/2013, à fl. 97 do Processo nº 50000.048640/2012-11, os argumentos expendidos pela Consultoria Jurídica no Parecer nº 38/2013/CONJUR-MT/CGU/AGU:CG-JA/gaba, de 28/01/2013 e em atenção aos princípios da supremacia do interesse público e da autotutela administrativa, resolve:

Artigo 1º Não autorizar a liberação da importância retida de R\$ 35.712,00 (trinta e cinco mil e setecentos e doze reais) da conta vinculada em desfavor da empresa PRESTACIONAL CONSTRUCTORA E SERVIÇOS LTDA. - ME, inscrita no CNPJ sob nº 05.496.394/0001-34, tendo em vista o pagamento indevido a título do insumo de vale-transporte na execução do Contrato nº 43/2010-MT.

Artigo 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MOACYR ROBERTO DE LIMA

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES DIRETORIA

RESOLUÇÃO Nº 4.041, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2013

Autoriza a celebração de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Nordeste.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DCN - 017, de 18 de fevereiro de 2013, no que consta do Processo nº 50500.102582/2012-47.

CONSIDERANDO que o objeto do Contrato de Concessão para exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Nordeste engloba o direito de exploração do serviço de transporte ferroviário em ramais a serem construídos pela União em complementação à Malha Nordeste;

CONSIDERANDO a não construção dos referidos trechos pela União;

CONSIDERANDO o interesse público no projeto referente aos ramais complementares à Malha Nordeste por representar uma solução logística que poderá atender ao crescimento do agronegócio brasileiro e a criar condições para o escoamento da nova fronteira agrícola do cerrado da região Nordeste, interesse esse manifestado no Protocolo de Intenções celebrado em 25 de novembro de 2005 entre a União, a Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, vinculado ao Ministério dos Transportes, o Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e as sociedades públicas e privadas BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, Taquari Participações S.A., Companhia Siderúrgica Nacional - CSN, Companhia Ferroviária do Nordeste - CFN e Transnordestina S.A.;

CONSIDERANDO o disposto no Protocolo de Intenções acima mencionado, por meio do qual as partes se comprometeram a adotar uma série de medidas para viabilizar a realização de uma das obras do Programa de Aceleração do Crescimento, qual seja o conjunto de linhas, ramais e sub-ramais da Malha Nordeste; e

CONSIDERANDO a autorização e aprovações concedidas pela ANTT, por meio das Resoluções nº 1.210, de 25/11/2005, nº 1.400, de 12/4/2006, nº 2.870, de 2/9/2008, nº 2.872, de 2/9/2008, nº 2.895, de 29/9/2008 e nº 3.069, de 12/3/2009, para elaboração e execução de projetos visando à construção, ao alargamento, à remodelação e à modernização de linhas, ramais e sub-ramais em complementação à Malha Nordeste, resolve:

Art. 1º Autorizar a celebração de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Nordeste, para nele incluir as obrigações assumidas pela concessionária, relativas à construção do conjunto de linhas, ramais e sub-ramais complementares à Malha Nordeste, e dele excluir as superposições de trechos observados entre a Malha Nordeste (na configuração indicada no edital de licitação e no contrato de concessão) e as linhas e os ramais e sub-ramais a serem construídos e os trechos cuja inviabilidade operacional e econômica aconselhe, por interesse público, a sua desativação.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral
Em exercício

RESOLUÇÃO Nº 4.042, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2013

Autoriza a operação de cisão da Concessão para exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Nordeste.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DCN - 017, de 18 de fevereiro de 2013, no que consta do Processo nº 50500.102582/2012-47.

CONSIDERANDO o disposto no art. 26, inciso I da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, a qual autoriza a União a aprovar operações de cisão de concessões de serviços públicos concedidos;

CONSIDERANDO a competência legal da ANTT de administrar os contratos de concessão prevista no art. 25, II da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001;

CONSIDERANDO o disposto no Protocolo de Intenções, celebrado em 25 de novembro de 2005, entre a União, a Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, vinculado ao Ministério dos

Transportes, o Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e as sociedades públicas e privadas BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, Taquari Participações S.A., Companhia Siderúrgica Nacional - CSN, Companhia Ferroviária do Nordeste - CFN e Transnordestina S.A., por meio do qual as partes se comprometeram a adotar uma série de medidas para viabilizar a realização de obras referentes ao Programa de Aceleração do Crescimento, qual seja o conjunto de linhas, ramais e sub-ramais da Malha Nordeste;

CONSIDERANDO o Termo de Ajuste de Conduta firmado entre a ANTT e a concessionária Transnordestina Logística S.A., com o escopo de proceder à correção de todas as irregularidades e pendências da referida empresa perante o Contrato de Concessão para exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Nordeste;

CONSIDERANDO o Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Nordeste, autorizado pela Diretoria Colegiada da ANTT por meio da Resolução ANTT nº 4.041, de 22 de fevereiro de 2013, que teve por objeto a inclusão das obrigações assumidas pela concessionária, relativas à construção do conjunto de linhas, ramais e sub-ramais complementares à Malha Nordeste, e a exclusão das superposições de trechos observados entre a Malha Nordeste (na configuração indicada no edital de licitação e no contrato de concessão) e as linhas e os ramais e sub-ramais a serem construídos e "os trechos cuja inviabilidade operacional e econômica aconselhe, por interesse público, a sua desincorporação da Malha Nordeste";

CONSIDERANDO que o prazo original da Concessão é insuficiente para amortizar os investimentos a serem feitos para viabilização das obras dos novos ramais da Malha Nordeste, implicando a necessidade de prorrogação do prazo original da concessão, dentro das limitações previstas na Cláusula Terceira do Contrato de Concessão; e

CONSIDERANDO que os encargos assumidos pela Concessionária em decorrência do Termo Aditivo aprovado pela Resolução ANTT nº 4.041, de 22 de fevereiro de 2013 carecem de estrutura de acompanhamento e fiscalização diferentes das previstas no Contrato de Concessão da Malha Nordeste em sua configuração original, resolve:

Art. 1º Autorizar a cisão da Concessão para exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Nordeste, e a cisão da concessionária Transnordestina Logística S.A. com a consequente constituição de duas companhias abertas, tendo uma por objeto a operação da malha composta pelos trechos São Luiz - Mucuripe, Arrojado - Cabedelo e Macau - Recife (Malha I) e a outra a construção e operação da expansão da malha Nordeste, composta pelos trechos Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Trindade - Eliseu Martins, Salgueiro - Porto de Suape e Missão Velha - Porto de Pecém (Malha II).

Art. 2º Determinar que a Transnordestina Logística S.A. adote todas as providências necessárias à celebração de todos os atos sociais e societários necessários a:

I - formalização das atuais participações acionárias de cada integrante do grupo de controle, nos percentuais indicados abaixo, de forma a refletir os aumentos de capital com assimetria nas participações, realizados entre os anos de 2006 e a presente data e as transferências de ações realizadas para ajuste da participação do BNDES Participações S.A. - BNDESPAR em decorrência da Resolução ANTT nº 1.572/2006:

Grupo de Controle	Percentual
Companhia Siderúrgica Nacional	96,42
Taquari Participações S.A.	3,15

II - rescisão do acordo de acionistas celebrado em 27/11/1997;

III - celebração de todos os atos sociais e societários necessários a promover a cisão da concessionária em duas companhias abertas, tendo uma por objeto a operação da malha composta pelos trechos São Luiz - Mucuripe, Arrojado - Cabedelo e Macau - Recife (Malha I) e a outra a construção e operação da expansão da malha Nordeste, composta pelos trechos Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Trindade - Eliseu Martins, Salgueiro - Porto de Suape e Missão Velha - Porto de Pecém (Malha II).

§1º As duas companhias deverão ter como integrantes dos seus respectivos grupos de controle, os acionistas constantes dos quadros abaixo, consoante percentual de participação apurada no momento da cisão:

Companhia Malha I - Grupo de Controle
Companhia Siderúrgica Nacional
Taquari Participações S.A.

Companhia Malha II - Grupo de Controle
Companhia Siderúrgica Nacional
Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.
Fundo de Desenvolvimento do Nordeste
Banco Nacional de Desenvolvimento Social

§2º A companhia responsável pela Malha II deverá celebrar acordo de acionistas, previamente aprovado pela ANTT, para regular as suas relações no âmbito da companhia;

Art. 3º Autorizar, com vistas a evitar solução de continuidade na prestação de serviços públicos, e até que sejam obtidas todas as licenças e autorizações necessárias para que cada uma das companhias tenha condições de desempenhar as respectivas atividades de gestão e operação, nos termos da legislação aplicável:

I - o compartilhamento, por meio de termo de permissão de uso, entre companhias envolvidas na cisão, de instalações e equipamentos integrantes da Malha Nordeste; e

II - a operação da Malha I pela companhia responsável pela Malha II.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral
Em exercício